

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.078 - MG (2019/0295925-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **CLAUDINEZ GUIMARAES DE OLIVEIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **CLAUDINEZ GUIMARÃES DE OLIVEIRA - MG097300**  
**BRUNA CARVALHO DE MAGALHAES - MG183724**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE** : **RAIMUNDO MASCILON BARROS GOMES (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAIMUNDO MASCILON BARROS GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a ordem postulada no HC n. 1.0000.19.071073-1/000.

Depreende-se dos autos que, no dia 5/2/2019, o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática do crime de homicídio qualificado que teria ocorrido no dia 7/6/2004, data na qual a defesa afirma que o paciente estaria custodiado em um presídio do Estado do Maranhão pela prática de outro delito, logo, não poderia ter cometido o crime de homicídio.

Apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros/MG, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, sustentando que tanto a decisão que indeferiu a revogação da prisão preventiva quanto a ação penal padecem de justa causa.

No entanto, a Primeira Câmara Criminal do TJMG denegou a ordem pleiteada, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 225):

*HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - INADMISSIBILIDADE - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA OS REQUISITOS DOS ART. 312 DO CPP - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - NÃO VIOLAÇÃO - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - IMPOSSIBILIDADE. Somente se cogita o trancamento da ação penal em situações excepcionais, quando demonstrada, de*

# Superior Tribunal de Justiça

*plano, a absoluta falta de prova, a atipicidade da conduta ou a ocorrência de causa extintiva da punibilidade. Precedentes STF e STJ. Em sede de Habeas Corpus não é possível a análise da conduta delituosa atribuída ao paciente, isso porque se trata de matéria de mérito, demandando análise detida, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o paciente preso. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja, a garantia de aplicação da lei penal, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo substituição por medidas cautelares diversas, constantes no art. 319 do mesmo diploma legal. Considerando que a prisão preventiva não se ancora em certeza de culpa, mas sim em indícios, não se verifica a violação ao princípio da presunção de inocência. Precedentes do STF e STJ.*

No presente *habeas corpus* substitutivo, o impetrante apresenta álibi em favor do paciente, visto que, na data da prática do suposto homicídio do empresário Djalma Freitas, Raimundo encontrava-se preso no Estado do Maranhão, por outro motivo.

Por fim, pugna, liminarmente, *diante de erro judiciário evidente, para que possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento do mérito deste writ, ainda que mediante substituição da prisão por uma ou mais medidas difusas do art. 319, CPP (e-STJ fl. 9).* No mérito, seja concedida a ordem para que o paciente possa aguardar em liberdade o transcurso da ação penal a que responde.

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço argumentativo da defesa, assevero que o presente *mandamus* não merece acolhimento.

Conforme foi consignado pelo Desembargador Relator, no julgamento do acórdão ora impugnado, em relação ao álibi sustentado pela defesa, *as alegações postas neste mandando devem ser dirigidas em um primeiro momento, ao juízo de origem. Isto, porque, repito, á toda evidência, se trata de matéria de questão de prova. Além de não ser possível verificar tal*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*afirmativa nos documentos acostados, tal argumento se confunde com o mérito da causa, tentando a defesa rechaçar a prisão cautelar com argumentos fáticos não comprovados ou que demandariam dilação probatória o que foge dos estreitos limites do writ (e-STJ fl. 230).*

No mesmo, foi o posicionamento do Desembargador Alberto Deodato Neto (e-STJ fl. 239):

*Em detida análise aos autos, verifico que há indícios de que o paciente encontrava-se recluso no estado do Maranhão na data do crime apurado nos autos principais, todavia, ao que tudo indica, o pedido de trancamento da ação penal, ora aviado pelo impetrante, não foi levado ao conhecimento/análise do juiz de primeira instância.*

*Assim sendo, não tendo as teses ora expostas pela defesa sido formuladas perante o magistrado primevo e não tendo ele exercido qualquer juízo de valor a respeito dos fatos em comento, entendo que deve a matéria ser primeiramente submetidas à sua apreciação, sob pena de indevida supressão de instância.*

Com efeito, tendo em vista o fato de que a tese ora arguida sequer foi analisada no segundo grau de jurisdição, torna-se inviável o seu exame diretamente nesta Corte Superior sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, em patente desrespeito às instâncias ordinárias.

Contudo, em nome dos princípios da ampla defesa, do contraditório e da busca da verdade real, verifico que a Corte local, acertadamente, nos termos do voto do Desembargador Flávio Batista Leite, recomendou ao Juízo de primeiro grau para que analise eventual reconhecimento de álibi em favor do ora paciente. Veja-se (e-STJ fls. 240/241):

*" Acompanho o eminente Relator para não conhecer do habeas corpus.*

*O impetrante sustenta novamente que o paciente estava preso no Estado do Maranhão ao tempo em que ocorrido o homicídio em Montes Claros. Conforme já consignado no HC 1.0000.19.048654- 8/000, o presente remédio heroico é medida de caráter urgente, de cognição sumaríssima, em que a prova*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tem que ser pré-constituída.*

*Mais uma vez, o impetrante não trouxe aos autos documentos indispensáveis à análise de eventual impossibilidade fática de o paciente ser o executor do homicídio. Por não haver informações essenciais para o deslinde da controvérsia, não conheço do habeas corpus.*

*A despeito da ausência de prova certa do constrangimento ilegal, existem fortes indícios de que o paciente, de fato, se encontrava no Estado do Maranhão na época em que ocorrido o homicídio em Montes Claros (07/06/2004). É o que se extrai das cópias do auto de prisão em flagrante delito; do ofício ao Diretor da Central de Custódia de Preso da Justiça de São Luis/MA que informa a prisão em flagrante do paciente no dia 10/10/2003; da audiência ocorrida em 10/11/2003 para interrogatório nos autos 138/2003, oportunidade em que foi decretada a prisão preventiva do paciente; da decisão do TJMA proferida em 21/01/2004 que denegou a ordem de habeas corpus 29357/2003; da decisão do STJ que, em 02/12/2004, deu provimento ao RHC 18.581/MA e determinou a imediata soltura do paciente e, o mais importante: do alvará de soltura devidamente cumprido em 04/12/2004, às 10:15 horas, na Central de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas.*

***Forte nessas razões, acompanho o Relator para não conhecer do habeas corpus por carência documental, mas dele divirjo para determinar a extração integral de cópias dos documentos que subsidiam a presente ação mandamental e recomendar ao juízo do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros que analise eventual incompatibilidade da prisão do paciente no Estado do Maranhão com a imputação do homicídio em Montes Claros, na condição de executor do delito" - grifei.***

De toda sorte, ainda que se desconsiderasse tais fundamentos, assevero que esta Corte Superior possui jurisprudência no sentido de que *a via do habeas corpus não é adequada para analisar a existência de elementos suficientes de autoria, assim como a consistência de álibis apresentados em Juízo* (HC 37.522/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 3/3/2009, DJe 23/3/2009).

Além disso, destaco os seguintes precedentes que se coadunam com o pleito pretendido:

***PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. PACIENTES***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*BENEFICIADOS COM LIBERDADE PROVISÓRIA NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. PEDIDO PREJUDICADO POR FALTA DE OBJETO. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM DEFENSOR AD HOC. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO ADVOGADO CONSTITUÍDO DE MOTIVO JUSTO PARA NÃO COMPARECIMENTO AO ATO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE PROVA. ALEGAÇÃO DA DEFESA DE QUE SERIA O ÁLIBI PARA IMPRONUNCIAR O RÉU. PRETENSÃO DE REVOLVER AS PROVAS E O CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A PRETEXTO DE NULIDADE DO ÉDITO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.*

*1 - Resta prejudicada, por falta de objeto, a alegação de excesso de prazo na instrução se constatado, por pesquisa no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que foram os pacientes beneficiados com liberdade provisória no primeiro grau de jurisdição.*

*2 - Não demonstrado pelo advogado constituído, com motivo justo, que não poderia comparecer à audiência de instrução, a realização do ato por defensor ad hoc não é causa de nulidade. Precedentes desta Corte.*

*3 - Se a pretexto de nulidade da pronúncia, porque não teria o juízo se pronunciado sobre testemunho que, no entender da defesa, seria o álibi perfeito, pretende, em realidade, revolver os fatos para elidir o convencimento das instâncias ordinárias no sentido de pronunciar um dos pacientes, o tema não se coaduna com a via eleita, mandamental e restrita por excelência.*

*[...]*

*(HC 360.376/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/12/2016, DJe de 15/12/2016) - grifei.*

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. ART. 3º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. EXISTÊNCIA DE SUPOSTO ÁLIBI. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Hipótese em que se busca a absolvição do ora agravante em razão da existência de suposto álibi. Entretanto, não é possível, nesta via estreita do habeas corpus, analisar pedidos desse jaez, onde é necessário revolvimento fático-probatório.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 376.788/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 10/11/2016, DJe de 24/11/2016) - grifei.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

